



Ata da Reunião da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica

Informações gerais		
Data: 30/07/2012	Horário: 14h00	Local: <u>Instituto Biológico</u> Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 1.252, Vila Mariana - São Paulo /SP
<p>Participantes: Ondalva Serrano - Presidente da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica; Sebastião Wilson Tivelli - UPD São Roque; Ana Flávia Mangeti Metzner - CODEAGRO/SAA; Raquel F. Ramos – Centro Paula Souza; Jorge Ivan R. Souza – MOA Internacional; Sakae Kinjo – Fundação Mokiti Okada; Sueli da Silva – AA Terra Viva; Marcelo Laurino – MAPA; Vitor Akito – Fundação ITESP; Edevandro Moraes Ruas – Fundação ITESP; Jorge Ivan R. Souza – MOA Internacional; Waldemar Pires Camargo – IEA; Araci Kamiyama – SMA – DDS/CBRN; Isabela Cristina Simoni – IB; Ana Lúcia Kazan – IBGE/SEPAGRO; Haluo Hirota – APAN; Horácio Almeida Pires – Sociedade Civil; Renato Duarte da Conceição – MAPA/SP; Claudio Augusto Freitas – MAPA/SP.</p>		
Pauta		
<ul style="list-style-type: none">✓ Produção de sementes orgânicas frente ao prazo de dezembro de 2013 estabelecido pela IN 46;✓ Situação da UPD de São Roque frente ao possível acesso a Recursos Humanos através do concurso público de 12/07/12 da SAA;✓ O projeto de Crédito para a Produção Orgânica em São Paulo, pelo FEAP /BANAGRO;✓ As Políticas Públicas e os Programas de Agricultura Sustentável do Município de São Paulo;✓ Os caminhos das articulações possíveis, junto ao governo estadual para viabilizar a inserção da produção orgânica nos programas de políticas públicas do estado e assegurar a ampliação do processo de uso sustentável dos recursos naturais em áreas urbanas e peri urbanas na ampliação da produção de alimentos saudáveis e de água potável localmente;✓ Reflexões sobre o que é prioritário para o movimento orgânico no Brasil neste dado momento.		
<p>A reunião da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica foi realizada em trinta de julho de dois mil e doze, no Auditório do Instituto Biológico, em São Paulo e contou com a presença de dezoito participantes. A mesa foi composta pela Presidente da Câmara Setorial Ondalva Serrano e Secretária Executiva da Câmara Ana Flávia Mangeti Metzner. A Dra. Ondalva Serrano agradeceu a presença de todos e propôs a realização de um minuto</p>		

de silêncio em memória ao Sr. Nelson Pedro Staudt, secretário geral das Câmaras Setoriais. Colocou a ata da reunião anterior para apreciação dos presentes. Sobre a questão da produção de sementes orgânicas a Dra. Ondalva lembrou sobre a reunião realizada na Agrishow com a secretária Mônica onde foi entregue um pedido da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica para que o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da CATI viabilizasse a produção de sementes orgânicas. Houve também uma reunião com a CATI para tratar do assunto, que foi extremamente proveitosa. Assim, num primeiro momento, seriam produzidas sementes de arroz, feijão, milho e adubos verdes. O Sr. Wilson Tivelli comentou que a UPD está se preparando para lançar no próximo ano, em aliança com a EMBRAPA, semente de cebola alfa-orgânica. Comentou sobre sua presença na HORTITEC, e que visitou cada uma das empresas produtoras de sementes que lá estavam e nenhuma tinha nem previsão de produção de sementes de hortaliças orgânicas. Dessa forma, é grande a preocupação quando esta for uma exigência legal no sistema de produção. A Sra. Sakae Kinjo comentou que também esteve presente na HORTITEC e sentiu que as empresas não estão acreditando que o MAPA irá executar a IN 46. A Dra. Ondalva perguntou se a dificuldade de empresas internacionais que produzem sementes orgânicas de ter estas sementes no Brasil no próximo ano é em decorrência de certificação e o Sr. Marcelo Laurino respondeu que é extremamente caro certificar todos os materiais já que, pela legislação brasileira, o produto para ser considerado orgânico precisa ser certificado por uma certificadora credenciada no Brasil. Para isso, existem vários caminhos: contrata-se uma certificadora brasileira que envia o inspetor para verificar a semente, ou se contrata um inspetor de fora, o envia para que ele faça a capacitação no Brasil, ou ainda se encaminha o check list diferencial com o regulamento brasileiro e o inspetor verifica se o mesmo está sendo atendido e a certificadora brasileira assume a responsabilidade pela qualidade da avaliação da semente orgânica. Disse que é possível se importar a semente, distribuir a alguns produtores que verificarão a qualidade do produto. Somente os que forem adequados, se faz a certificação do produto. Lembrou ainda que o regulamento de produção de sementes conta uma abertura para os agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária, indígenas e população ribeirinha. As pessoas que se enquadram nestas classes podem produzir sementes e trocá-las ou vendê-las. Assim, se estes agricultores possuírem cultivares adaptadas ao sistema orgânico de produção, eles podem produzir as sementes e vendê-las sem necessidade de qualquer formalização ou registro. Já na agricultura empresarial orgânica o agricultor depende da aquisição de sementes. Possíveis soluções: utilizar as sementes do ano anterior numa quantidade equivalente à mesma área e plantar no ano seguinte. Disse que é necessário haver um trabalho específico de levantamento da necessidade de sementes orgânicas (quanto e quais variedades). Explicou também sobre um modelo que funciona na Europa onde quem cultiva sob um sistema orgânico encontra num determinado site informações da disponibilidade de sementes orgânicas dos cultivares de interesse. Se existir na região a semente orgânica adaptada o produtor é obrigado a adquiri-la, caso contrário, ele poderá adquirir uma semente convencional, mediante autorização da certificadora. Isso é interessante porque respeita a empresa produtora de semente que fez o esforço para a produção orgânica. O Sr. Vitor Akito falou sobre a possibilidade do IPEM se tornar certificador estadual e realizar as auditorias e o Sr. Marcelo Laurino disse que sim, após credenciamento no MAPA e treinamento de técnicos para atuação na área de orgânicos. Houve a proposição da formação de um Grupo de Trabalho para a confecção de um documento solicitando verba para que a demanda da produção de sementes pela CATI seja atendida. A questão da situação da UPD de São Roque foi explicada pelo Sr. Wilson Tivelli. Ele comentou que não há perspectivas para contratação de funcionários de apoio. Sobre a parceria entre UPD e uma empresa de consultoria para montagem de um projeto para o treinamento de profissionais para a empresa e para os produtores, disse que tal processo estava sendo

analisado pela Consultoria Jurídica da SAA. O mesmo voltou com uma série de demandas que não foram aceitas pela respectiva empresa, que recuou. Disse ainda que se não houver aporte de funcionários, a UPD encerrará o atendimento ao público no final deste ano por falta de mão-de-obra. Informou que a prefeitura de São Roque requereu um espaço de 12.000 m² para a construção de uma FATEC que está em tramitação e ainda não se tem maiores informações. A Sra. Raquel sugeriu uma reunião com a diretora do Centro Paula Souza da escola para que a FATEC leve em consideração a vocação da área para a agroecologia. Quanto à Linha de Financiamento Feap, está encontra-se aguardando reunião do Conselho do Fundo para aprovação. Acerca das políticas públicas e os Programas de Agricultura Sustentável do município de São Paulo, a Dra. Ondalva perguntou até que ponto a Câmara Setorial poderia realizar interações no âmbito do município e do estado e o Sr. Waldemar sugeriu que se convide tais entidades para participarem das reuniões da Câmara, estreitando os laços. Já os caminhos das articulações possíveis junto ao governo estadual para viabilizar a inserção da produção orgânica nos programas de políticas públicas do estado e assegurar a ampliação do processo de uso sustentável dos recursos naturais em áreas urbanas e peri urbanas na ampliação da produção de alimentos saudáveis e de água potável localmente a Dra. Ondalva questionou até que ponto o ITESP teria alguma sugestão. O Sr. Vitor Akito disse que havia uma sugestão que saiu da própria Câmara Setorial para o PPAIS para o pagamento de um preço diferenciado para os produtos orgânicos. Todavia tal proposta não passou pela Procuradoria do Estado, alegando ser uma forma de privilégio. Assim, disse ser necessário a confecção de um documento explicando o porquê da diferenciação do preço, com relação ao papel da produção de alimento, e só após requerê-la. Assim, foi montado um Grupo de Trabalho para a confecção deste documento. A Dra. Ondalva Serrano agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Ondalva Serrano

Presidente

Câmara Setorial de Agricultura Ecológica

Ana Flávia Mangeti Metzner

Secretário Executivo

Câmara Setorial de Agricultura Ecológica